

MULHERES NA PANDEMIA: UMA (RE)LEITURA PSICANALÍTICA DO CUIDADO

*Camila Peixoto Farias**

*Fernanda Canavêz***

*Jô Gondar****

RESUMO

No cenário de uma pandemia, em que o cuidado é solicitado de forma mais intensa e contínua nos diferentes âmbitos da nossa sociedade, a sobrecarga é sentida em especial por nós, mulheres. Isso ocorre porque o cuidado é uma função preponderantemente tida como intrínseca ao gênero feminino, o que se agrava quando pensamos em interseções de raça e classe. Tomando como disparador narrativas de mulheres sobre suas vivências durante a pandemia, especialmente no que se refere ao cuidado de si mesmas, propomos uma discussão acerca do cuidado a partir de uma perspectiva psicanalítica. O objetivo é problematizar a visada universalista com a qual o cuidado é majoritariamente pensado na psicanálise em favor de um debate que contemple o recorte de gênero.

Palavras-chave: pandemia Covid-19; mulheres; cuidado; psicanálise

WOMEN IN PANDEMIC: A PSYCHOANALYTIC (RE)READING OF CARE PSYCHOANALYTIC (RE)READING OF CARE

ABSTRACT

In the scenario of a pandemic, in which care is requested more intensely and continuously in different areas of our society, we especially feel the overload

*Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), coordenadora do Pulsional – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise.

**Professora do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, coordenadora do *marginália* – Laboratório de Psicanálise e Estudos sobre o Contemporâneo.

***Membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, membro do comitê executivo da International Federation of Psychoanalytical Societies e da International Sandor Ferenczi Network.

women. This is because care is a function predominantly considered to be intrinsic to the female gender, which is aggravated when we think of intersections of race and class. Taking as a trigger women's narratives about their experiences during the pandemic, especially with regard to caring for themselves, we propose a discussion about care from a psychoanalytic perspective. The objective is to problematize the universalist vision with which care in psychoanalysis is most thought in favor of a debate that contemplates the gender perspective.

Keywords: Covid-19 pandemic; women; care; psychoanalysis

MUJERES EN LA PANDEMIA: UNA (RE)LECTURA PSICOANALÍTICA DEL CUIDADO

(RE)LECTURA PSICOANALÍTICA DEL CUIDADO

RESUMEN

En el escenario de una pandemia, en la que se demandan cuidados de manera más intensa y continua en diferentes ámbitos de nuestra sociedad, la sobrecarga la sentimos especialmente las mujeres. Esto se debe a que el cuidado es una función predominantemente considerada intrínseca al género femenino, lo que se agrava cuando pensamos en cruces de raza y clase. Tomando como detonante las narrativas de las mujeres sobre sus experiencias durante la pandemia, especialmente en lo que respecta al cuidado de sí mismas, proponemos una discusión sobre el cuidado desde una perspectiva psicoanalítica. El objetivo es problematizar la mirada universalista con la que mayoritariamente se piensa el cuidado en psicoanálisis a favor de un debate que contemple el corte de género.

Palabras clave: Pandemia de Covid-19; mujeres; cuidado; psicoanálisis.

“Cuidando dos outros estou cuidando de mim”. Essa foi uma das narrativas que recebemos na pesquisa Agora é que são elas: a pandemia de COVID-19 narrada por mulheres¹ em resposta à questão “Você tem conseguido cuidar de si mesma?”. Em uma parceria entre os laboratórios Pulsional (UFPEL), marginália (UFRJ) e Epoché (UFPEL), convidamos mulheres brasileiras a responderem questões que pudessem mapear os desdobramentos psíquicos de suas experiências por ocasião da pandemia do novo coronavírus. O questionário online ficou disponível entre maio e junho de 2020, período em que 5.874 mulheres participaram compartilhando seus medos, estratégias de resistência e perspectivas acerca

do momento atual. Em conformidade com as pesquisas que relacionam cuidado e gênero, salta aos olhos o caráter tirânico adquirido pelas tarefas do cuidar para nós mulheres, como exemplificam as narrativas de algumas participantes:

Sou muito de me preocupar com os outros, tentar ajudar os outros e esquecer que eu preciso de ajuda; Só cuidando dos outros, como eu sempre fiz!; Preciso cuidar de outros; Sou requisitada o tempo inteiro; Quase não tenho conseguido me cuidar (...) O sentimento é de exaustão.

No cenário de uma pandemia, em que o cuidado passa a ser solicitado de forma muito mais intensa e contínua nos diferentes âmbitos da nossa sociedade, a sobrecarga é sentida de forma significativa por nós mulheres. Isso ocorre porque o cuidado – seja ele da natureza que for – tem sido uma função preponderantemente atribuída a nós, como algo intrínseco ao gênero. Muitas arcam sozinhas com a responsabilidade do cuidado com a casa, com os filhos e com os demais membros da família, resultado incontestante da divisão sexual do trabalho (Federici, 2017). Dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que, em média, as mulheres dedicam 21,3 horas semanais para essas atividades, enquanto os homens dedicam 10,9 horas. Na pandemia, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém (Pesquisa Sem Parar, 2020).

Em uma mirada a partir de lentes interseccionais (Bilge & Collins, 2021), é possível observar ainda o impacto da incidência da raça e da classe social, de modo que a acirrada precarização do trabalho de mulheres negras atualiza a herança escravagista e misógina da nossa cultura. Não são raros os textos, também produzidos por psicanalistas, que se referem ao ingresso da mulher no mercado de trabalho apenas a partir da década de 1970. Ora, e este país não estava sendo construído às custas de mulheres negras que deixavam suas casas para trabalhar? E o trabalho em nossas casas não deve ser qualificado enquanto tal? Silvia Federici (2019) nos lembra que “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (p. 40). Falando em amor, vale apontar que quando se considera o fator maternidade, temos um agravante na sobrecarga, principalmente no cenário pandêmico, como atesta um

estudo recente sobre feminização do cuidado ligado ao mito do amor materno (Silva, Cardoso, Abreu, & Silva, 2020). Valeska Zanello (2018) denomina o “dispositivo materno” como lógica de subjetivação em que as mulheres são situadas em uma posição de cuidadoras “natas”, o que faz da maternidade uma tarefa compulsória. Já para as mulheres negras, a maternidade é atravessada pela lógica colonial e racista, que as impõe o cuidado de famílias brancas privando-as, muitas vezes, da possibilidade de cuidar dos próprios filhos.

Sendo assim, apesar de estarmos tratando de mulheres como categoria, é importante destacar que não queremos propagar a ideia de uma identidade comum, como se tratássemos de um grupo homogêneo. Pensar sobre as mulheres na nossa sociedade é uma tarefa intimamente articulada à ideia de subordinação, mas essa posição não pode ser descrita de forma única: as formas de subordinação são diversas, marcadas por questões como raça, renda, orientação sexual, localização geopolítica, cultura, religião, profissão etc. Entendemos, portanto, que a categoria *mulheres* constitui uma coletividade volátil – que comporta inúmeras formas de ser e estar no mundo – é histórica e discursivamente construída e, desse modo, atravessada por diferentes forças, tanto de opressão quanto de resistência. Nesta pesquisa, tomamos como analisador o trabalho de cuidado que foi naturalizado como uma atribuição nossa, traço em comum que, no entanto, não pode apagar a distribuição desigual da precariedade, como nos lembra Butler (2019). Trata-se do trabalho que não produz mercadorias e que, em oposição ao chamado trabalho produtivo, é chamado de reprodutivo (Góis, 2019). Na esfera da reprodução do capitalismo está o trabalho doméstico e aquele de cuidado não remunerado – ou precariamente remunerado –, o trabalho tornado invisível e desempenhado majoritariamente por mulheres. Estamos falando do trabalho do qual decorre o mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho (Federici, 2017). Na esfera do trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico pode ser não remunerado, quando feito para a manutenção de si e do próprio núcleo familiar, e remunerado quando feito fora de casa, com a “terceirização” das tarefas domésticas, realizado em geral por mulheres negras e pobres (IPEA, 2020), que acumulam a jornada com o trabalho em seus lares.

Ao debate sobre o trabalho reprodutivo vale acrescentar aquele sobre a conjuntura política atual, em que se observa a convergência entre o neoliberalismo ortodoxo e o acirramento de pautas conservadoras. Nesse contexto, o Estado é tomado como fantoche a serviço do capital e, como tal, elidido das pautas de garantias na esfera da seguridade social, restando ao indivíduo empreendedor de si a missão impossível de autossuficiência, sempre confrontado “com uma moralidade política que exige a responsabilidade individual ou que opera em um modelo de privatização do ‘cuidado’” (Butler, 2019, p. 20). O resultado dessa mistura explosiva parece óbvio, mas vamos insistir na obviedade, já que muitos buscam torná-la invisível e inoperante: a agenda neoliberal imputa à família o trabalho do cuidado para a sobrevivência da classe trabalhadora, esfera em que recairá majoritariamente sobre as mulheres (Vazquez & Falcão, 2019).

Feita essa primeira apresentação, convidamos vocês a revisitarem a frase que abre nossa comunicação e, aproveitando que somos psicanalistas, na forma de uma pergunta: *Cuidando dos outros estou cuidando de mim?* Parece-nos que a psicanálise tem muito a contribuir com o debate que relaciona trabalho de cuidado e gênero.

CUIDADO E PSICANÁLISE

Na obra freudiana, a ideia de cuidado não é circunscrita de forma específica, porém encontramos alguns elementos cuja discussão está intimamente articulada a uma ideia de cuidado, como a noção de desamparo. No início de sua obra Freud nos diz que: “(...) o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais* [grifos do autor]” (Freud, 1895/2006, p. 370). O desamparo é o alicerce fundamental da multiplicidade de formas de vinculação e, portanto, um elemento importante para pensarmos a problemática do cuidado.

Na teoria freudiana, a noção de desamparo aparece vinculada à dimensão orgânica, à necessária prematuração do ser humano, estado inicial de dependência absoluta do bebê ao outro adulto para a satisfação das suas necessidades e sua sobrevivência. Cabe destacar que Freud, ao falar da dependência de alguém que o cuide para que o bebê humano sobreviva, traz sempre a figura da mãe, reproduzindo a lógica histórica e socialmente construída de que o cuidado é uma tarefa que cabe às mulheres.

Não podemos restringir a compreensão da questão do desamparo a uma ótica biológica, o que se oporia à compreensão psicanalítica dessa noção. Isso significaria, dentre outros equívocos, considerar a vida psíquica a partir de uma perspectiva evolucionista de acordo com a qual, com o processo de desenvolvimento, a situação de desamparo seria superada, sendo desconsiderada, assim, a sua condição de experiência essencial e inevitável no funcionamento psíquico. Não podemos esquecer que a experiência de desamparo envolve ameaça de abandono e de perda de amor, vividas como angústia.

Após 1920, no quadro da segunda teoria da angústia, o estado de desamparo vem a ser considerado como protótipo da situação traumática geradora de angústia (Laplanche & Pontalis, 1982/2001). Freud reconhece que um aumento progressivo da magnitude pulsional a ponto de o sujeito se ver incapaz de dominá-la, sendo submergido por ela, é o que define uma situação que vem reeditar o estado de desamparo. Em outras palavras, repete-se uma situação em que o sujeito se vê totalmente dependente do socorro de um outro, dos cuidados de um outro. Contudo, o que faz com que o sujeito reedite essa necessidade de cuidados é, aos olhos de Freud, uma situação em que a força das pulsões ameaça transbordar no eu. Só há desamparo psíquico se o perigo for pulsional.

Já os autores que privilegiam o plano relacional como fundante utilizam pouco a noção de desamparo. É o caso de Ferenczi e Winnicott, por exemplo. Trabalhando em uma visada mais relacional do que pulsional, esses autores não ressaltam noções que tenham um peso constitutivo, quase ontológico, como a noção freudiana de desamparo. Para eles, os perigos que acoçam o sujeito não provêm da magnitude indomada de suas próprias pulsões, mas surgem na própria relação com o outro. Sob este aspecto, a perspectiva relacional se aproxima daquela que tem sido construída contemporaneamente por Judith Butler (2017, 2019): é na experiência de dependência dos outros que nos mostramos vulneráveis, não tendo tanto peso um desamparo ou uma vulnerabilidade em si mesmos, constitutivos. Assim, se em Freud o sujeito precisa e se relaciona com o outro *porque* é constitucionalmente desamparado, em Ferenczi e Winnicott o sujeito é vulnerável *na relação* com o outro. Isso torna as coisas um pouco diferentes, já que a ideia de desamparo é articulada à condição precária do bebê

humano ou à sua reatualização, enquanto a vulnerabilidade relacional se apresenta para todos nós, em todos os momentos. É fato que tanto a ideia de desamparo quanto a de vulnerabilidade relacional fazem apelo a práticas de cuidado. Em ambos os casos o cuidado se torna imperativo. Mas ele será pensado diferentemente se situarmos o modo como essas noções podem ser socialmente encarnadas.

A ideia de desamparo sugere uma relação de dissimetria entre quem cuida e que é cuidado. Da maneira como ela é descrita por Freud ou pensada mais abstratamente, essa dissimetria se exerce de forma vertical: existe um ser mais frágil, que necessita de cuidados, e um ser mais forte, capaz de cuidar. Contudo, não é desse modo que as experiências de cuidado acontecem nas relações sociais concretas. O que ocorre é que existem aqueles que podem ter sua vulnerabilidade mais protegida, e por isso são mais cuidados, enquanto os que cuidam, ao invés de se destacarem como figuras de poder, aparecem como sujeitos que servem aos outros recebendo pouca ou nenhuma remuneração, tampouco reconhecimento. São pessoas subjugadas à função do cuidado sem que mereçam cuidados elas mesmas: *Cuidando do outro estou mesmo cuidando de mim?*

Essas pessoas, como Freud já havia indicado, são, na maior parte das vezes, mulheres. O cuidado é considerado uma função social feminina. Em outros termos: a função de cuidador é imposta de maneira desigual em nossa sociedade. Isso evidencia uma construção histórico social que sobrecarrega as mulheres em maior ou menor intensidade, dependendo da classe e da raça. Ao chamar a atenção para as relações sociais concretas de cuidado, queremos indicar as implicações de pensar o cuidado a partir de uma leitura universalista, sem situá-lo como uma construção histórica e social ancorada em relações de poder. A perspectiva universalista nos parece reproduzir e naturalizar a imposição da tarefa de cuidar às mulheres.

Em muitos momentos, a psicanálise parece compactuar com este mandato compulsório que impõe um determinado destino às mulheres. Nesse panorama, a forma da nossa sociedade lidar com o desamparo parece estar ligada a uma relação de dominação, pois está alicerçada na imposição da tarefa de cuidar a um grupo específico de pessoas. Imposição que se dá disfarçada pela naturalização de tal mandato, de sua associação a uma “suposta natureza feminina”.

Segundo Federici (2019), essa “suposta natureza feminina” sustenta a imposição do trabalho doméstico, que tem na sua condição de não ser remunerado, ou apenas de maneira precária, a reprodução da ideia de que é feito por amor. Isso faz com que não seja nem reconhecido como trabalho, embora seja o que mantém a vida social, pois “é servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia” (Federici, 2019, p. 68). A autora ainda lembra que a luta feminista passa pelo rompimento “com a identidade social que nos é imposta. É a classe dominante, ou aqueles que aspiram ao domínio, que pressupõem uma personalidade humana natural e eterna – de modo a eternizar o seu poder sobre nós” (Federici, 2019, p. 75). Aqui a psicanálise parece uma forte aliada dessa luta, já que nos ajuda a deslizar da identidade para as identificações e desconfiar de prerrogativas naturalizadas e universalistas. Será que a própria psicanálise extrai consequências de suas formulações quando é o cuidado que está em pauta?

A literatura psicanalítica contemporânea tem dado destaque a uma “ética do cuidado”. Essa preocupação com o cuidado, sua definição e suas práticas tem sido objeto de teorização dos psicanalistas não apenas em relação às suas próprias atividades, mas também, por extensão, à de todos os sujeitos que cuidam de outros: “A teoria e a clínica psicanalítica servem de base para o desenvolvimento de uma concepção geral do cuidado que possa ser compreendida e operada por agentes cuidadores em geral” (Figueiredo, 2007, p. 13). Todavia, essa literatura sobre o cuidado segue trabalhando predominantemente o tema a partir de uma lógica universalista, o que tem como principal consequência a naturalização da imposição da tarefa de cuidado a partir do gênero, da raça e da classe – mesmo que esses marcadores sociais não sejam reconhecidos. Isso pode ser evidenciado em afirmações como a que segue: “Atividades de cuidar fazem parte das obrigações e tarefas específicas de todos os profissionais das áreas da saúde e da educação, bem como, em geral, do que nos cabe a todos na condição de seres humanos vivendo em sociedade” (Figueiredo, 2007, p. 13).

Contudo, se focalizamos as práticas sociais concretas, percebemos que nem todos exercem essas “condições universais”. Parece que o cuidar cabe, abstratamente, a todos, porém nem todos são os que cuidam. Quem são, em sua esmagadora maioria, as profissionais da saúde e da educação? Quem são essas pessoas que realizam as atividades de cuidado sendo precariamente

remuneradas em nossa sociedade? Em sua maioria, mulheres. Quais mulheres? Em grande parte, mulheres provenientes de classes menos favorecidas e negras. Chama também a nossa atenção o fato de que o autor não cite as trabalhadoras domésticas e babás, profissionais centrais quando se pensa em cuidado. Parece-nos insustentável uma discussão sobre o cuidado que não paute as intersecções entre gênero, raça e classe. Sobre esse aspecto, Angela Davis (2016) indica o surgimento da “dona de casa” como exemplar da constituição de uma lógica de separação estrutural entre economia privada do lar e economia pública do capitalismo. No século XIX, a dona de casa e a mãe tornaram-se modelos universais de feminilidade, o que descon siderava a realidade de mulheres negras escravizadas e das imigrantes assalariadas nas fábricas (Davis, 2016).

Alinhada a essa leitura, Sara Hoagland (1991) afirma que é altamente problemático basear uma ética na noção de cuidado sem levar em conta de maneira atenta o contexto político e social no qual ela se insere e do qual ela parte. Uma das principais pensadoras de uma ética do cuidado, Carol Gilligan (1982) denuncia as bases epistemológicas tendenciosas que atuam na produção de noções universais nessa área. Ela rejeita a possibilidade de universalização abstrata do cuidado, mostrando como em sua própria concepção não podem ser abstraídas as situações e as pessoas concretas que o exercem. Ao se descon siderar as condições concretas da prática do cuidado, o que se faz é alçar uma perspectiva parcial e masculina à condição de universalidade.

Um exemplo dessa ótica universalista reside na proposição de Figueiredo (2007), segundo a qual o cuidar “(...) nos cabe a todos na condição de seres humanos vivendo em sociedade” (p. 13). A que sociedade o autor se refere? À alguma sociedade abstrata? Se nos atemos às sociedades concretas, devemos considerar o fato de que nelas as tarefas e exigências (principalmente psíquicas) do cuidar não são distribuídas igualmente, tampouco valorizadas. O território do cuidar é delimitado por uma lógica sexista, e isso resulta em uma distribuição desigual de funções e até mesmo de merecimento de cuidados, uma lógica que conduz à subjugação das mulheres.

Segundo Figueiredo (2007), o cuidado pode ser pensado como uma forma de possibilitar ou facilitar a criação de um sentido humano:

“(…) fazer sentido implica estabelecer ligações, dar forma, sequência e inteligibilidade aos acontecimentos” (p. 15). Nessa ótica, atravessada por concepções psicanalíticas, um dos modos principais do exercício do cuidado é através da “presença implicada” constituída pelas funções de sustentar, conter e reconhecer, indispensáveis para uma experiência de continuidade diante de uma situação de fragilidade e mudanças. De fato, quando lemos as narrativas das participantes da pesquisa, fica evidente essa dimensão do cuidado: elas são, tanto no trabalho quando em suas casas, o alicerce que sustenta a manutenção de uma experiência de continuidade, de reorganização diante das mudanças e exigências impostas pela pandemia; são fonte de amparo, contenção e segurança para as pessoas com as quais convivem. Contudo, como narra a grande maioria delas, esse cuidado não é exercido com elas próprias. Sua própria vulnerabilidade permanece sem proteção.

O ponto em que essa abordagem aparece mais claramente como parcial, sem admitir-se como tal, é quando Figueiredo (2007) adverte sobre os excessos que podem ocorrer nas funções de cuidado enquanto exageros da implicação. Ao tratar desses excessos, o autor se restringe a apontar os momentos em que o cuidado adquire um caráter totalitário, no sentido de que quem cuida busca dominar o outro, numa presença constante e excessiva. Segundo ele, a presença reservada – a possibilidade de se ausentar, de moderar seu fazer e de compartilhar as funções – seria fundamental para que o cuidador não recaia em um exercício totalitário do cuidado. Mas e quando não é possível ausentar-se, moderar o fazer, quando as funções de cuidado são impostas e não conseguem ser compartilhadas? É curioso que, ao discorrer sobre as relações entre cuidado e poder, Figueiredo pense no perigo de o cuidado se tornar controle e domínio, mas não no perigo de o cuidado se tornar submissão. Pretendendo construir uma abordagem universal, o autor apresenta, sem situá-la, a perspectiva masculina de quem exerce o poder. Ele enxerga o risco da dominação no exercício do cuidador, mas não o problema de sua possível sujeição.

Parece que o autor não atenta para esse aspecto porque discute a questão do cuidado a partir do gênero masculino, alçado à ficção de universal. As narrativas das participantes da pesquisa apontam outra dimensão totalitária que o exercício do cuidado pode adquirir: aquela que surge quando quem

cuida é dominada, subjugada por essa função; quando o cuidado se torna uma imposição social naturalizada e deixa de ser algo que se dá a partir de uma possibilidade da escolha. Quando falamos em escolha, não estamos nos referindo a uma autonomia absoluta, mas à possibilidade de não estar aprisionada numa posição de subjugação social, sendo capaz de avaliar as próprias condições para realização dessa tarefa.

O autor destaca que é fundamental “(...) deixar-se cuidar pelos outros, pois a mutualidade nos cuidados é um dos mais fundamentais princípios éticos a ser exercitado e transmitido” (Figueiredo, 2007, p. 21). Como se deixar cuidar quando se está aprisionada na posição de quem deve cuidar e de quem não precisa de cuidados? Essa é outra consequência devastadora da imposição das tarefas de cuidado às mulheres: não receberem cuidados ou receberem de forma muito pontual e frágil, muitas vezes apenas em momentos de adoecimento.

Há uma dimensão importante do cuidado que parece ficar esquecida nessa perspectiva, mas aparece quando ela é feita de outro lugar. Uma pensadora como Donna Haraway (2020) enxerga uma esfera importante ligada ao cuidado que não é problematizada quando se trata de uma abordagem que se pretende universalista. Segundo ela, o cuidado só pode ser verdadeiramente exercido se estiver vinculado à ideia e à prática da justiça:

Há um modo de falar sobre cuidados que, penso, inclui cuidar verdadeiramente, inclui justiça, no sentido de uma atenção à desigualdade, ao equilíbrio para viver bem, para lidar com crimes, verdadeiros crimes contra o mundo, crimes contra a terra, crimes contra a humanidade, crimes contra indígenas, contra trabalhadores, contra mulheres... a questão da violência doméstica e do feminicídio, a maneira pela qual a violência doméstica se intensificou com o confinamento. Os crimes contra mulheres e crianças aumentaram, tanto psicológicos quanto físicos, durante o abrigo em casa, porque estar confinada ao espaço doméstico é estar confinada às estruturas herdadas de violência. A noção de justiça é realmente crucial para pensar bem sobre esses dilemas (Haraway, n. p.).

Cabe aqui observar que a justiça sobre a qual Haraway nos incita a refletir não se restringe ao campo abstrato da lei ou do direito. Ela é mais profunda e alude a algo que estaria no fundamento da lei e dos sistemas jurídicos. Trata-se de reconhecer a condição vulnerável de qualquer ser – humano e

não humano – protegendo-o e dando-lhe condições de existência. Quando Haraway fala de justiça e cuidado, ela se refere a uma justiça multiespécies, extrapolando a visada moderna calcada na relação entre dois sujeitos, de forte inspiração antropocêntrica, que encontra na família nuclearizada a fonte de todo cuidar. Para compreender sua concepção de justiça é preciso lançar mão da *simpoeisis*, “uma palavra para configurar mundos de maneira conjunta, em companhia” (Haraway, 2019, p. 99), herdeira do pensamento tentacular tão presente em Haraway. Estamos absolutamente distantes da concepção individualizante marcadamente presente no campo *psi* para nos aproximar de um cuidado múltiplo: formas de cuidar que lentes situadas nos ajudam a enxergar. É o que a pesquisa a partir das narrativas das mulheres acerca da pandemia permite ver, na medida em que destacam o que extrapola uma perspectiva de cuidado enunciada por homens e com pretensão universalista.

Isso também significa que não se pode dizer, segundo Haraway, que estamos lidando com esferas diferentes quando falamos em cuidado e justiça: uma ligada à estrutura social de violência, outra ligada às formas de tratar, nutrir e fazer florescer as singularidades. Separar essas dimensões é como desarticular a clínica da política, o sujeito da sociedade, o psíquico do social, o ser humano das demais espécies, os conceitos das condições de seu exercício, a vida das condições que tornam a vida possível. Haraway afirma que cuidado e justiça são ideias inseparáveis: “a justiça real inclui o cuidado e o cuidado real implica a justiça”.

Aqui poderíamos articular a proposta de Haraway a uma ideia de Ferenczi. Esse analista húngaro chama de hipocrisia profissional a atitude dos analistas que se aferram a autores, teorias e técnicas, desconsiderando ou temendo as trocas afetivas singulares que eles poderiam estabelecer com um paciente. Não haveria também hipocrisia profissional quando os conceitos são pensados de maneira universal e abstrata, sem que se leve em consideração suas condições concretas de criação ou exercício? Sem que se leve em conta sua dimensão social e política e o contexto no qual a atribuição das tarefas de cuidado às mulheres é estabelecida?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Joan Tronto (2009), o cuidado torna-se instrumento de uma análise política crítica na medida em que é capaz de revelar as relações sociais

de poder. Foi no sentido dessa análise que realizamos a pesquisa “Agora é que são elas: a pandemia de Covid-19 contada por mulheres”. Foi também o que procuramos fazer ao analisar criticamente a proposta psicanalítica de uma ética do cuidado. Quisemos mostrar como, historicamente, as tarefas do cuidado incumbem de maneira desproporcional justamente os sujeitos que, tradicionalmente, têm sido excluídos das políticas de cuidado. Enfatizamos as mulheres, mas aqui deveriam ser considerados todos aqueles que precisam de cuidados e não o recebem ou não são escutados quanto àquilo que precisam. Para uma efetiva política do cuidado seria preciso considerar a situação de todos os seres humanos e não humanos, e não apenas a situação daqueles que são suficientemente poderosos para que suas necessidades sejam levadas em conta ou, em outros termos, para que sua vulnerabilidade seja protegida. A assimetria das relações envolvidas no cuidado – já que se trata de alguém que cuida e de um outro que é cuidado – não impede que se possa pensar uma política mais democrática do cuidado, incluindo-se aí a relação psicanalítica.

As pensadoras feministas têm insistido sobre o perigo de uma teoria do cuidado que não o articule à ideia de justiça. Nesses casos, a assimetria envolvida no cuidado toma a forma de um exercício de poder ou de submissão. Uma perspectiva mais democrática, mesmo quando assimétrica, demanda o respeito à vulnerabilidade de todos os envolvidos nessas relações, os que cuidam e os que são cuidados.

Creemos que a proposta de Ferenczi de analisar a criança que existe no adulto transita por essa linha. Não há outro modo de se chegar a ela se não através da criança que existe no analista. É desse modo que ele descreve esse encontro: “A impressão que se tem é a de duas crianças igualmente assustadas que trocam suas experiências” (Ferenczi, 1932/1990, p. 91), e que devido a pertencerem a uma mesma comunidade de destino se compreendem e buscam instintivamente se tranquilizar. Nessa passagem, Ferenczi comunga com Joan Tronto e Haraway um ideal político: o cuidado não é um dispositivo utópico que daria fim a todos os conflitos, mas um valor que deve encontrar um lugar mais central na constelação de nossas preocupações clínicas e políticas. Não se trata aqui de uma homenagem simplista à família ou à relação mãe-bebê, mas de uma chamada para a importância da distribuição mais justa e democrática das práticas de cuidado.

Em nossa pesquisa, encaramos essa postura como uma convocação para que a psicanálise se torne mais plástica e mais assumidamente situada, convocação que ganha mais força a partir da pandemia. De fato, a pandemia deixou mais explícito um problema que já vinha sendo denunciado por algumas analistas: a possível aliança da psicanálise com concepções abstratamente universais, provenientes de uma distribuição desigual da vulnerabilidade e de seu cuidado.

REFERÊNCIAS

- Bilge, S. & Collins, P.H. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Federici, S. (2019). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (pp. 335-464). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (obra original publicada em 1895)
- Ferenczi, S. (1990). *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes. (obra original publicada em 1932)
- Figueiredo, L. C. (2007). A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, 11(21), 13-30. Recuperado em 10/09/2021 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200002&lng=pt&tlng=pt
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Góis, T. (2019, agosto). Trabalho reprodutivo e bem comum: entre a luta contra a exploração e a urgência de barrar mercantilização da vida. *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 10/08/2021 em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC30/MC302.pdf>
- Haraway, D. (2019). *Seguir com el problema. Generar Parentesco em el Chthuluceno*. Bilbao: Consonni.
- Haraway, D. (2020). Ficar com o problema. *n-1edições*. Recuperado em 10/06/2021 em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/132>
- Hoagland, S. (1991). Some thoughts about caring. In Card, C. (Org). *Feminist ethics*. (pp. 246-263). Kansas: University Press of Kansas.

- IPEA. (2020). *Nota técnica: vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado em 12/09/2021 em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf
- Laplanche, J., & Pontalis, J. L. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes. (obra original publicada em 1982)
- Pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. (2020). Sempreviva Organização Feminista. Recuperado em 04/09/2021 em: http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf
- Silva, J. M. S., Cardoso, V. C., Abreu, K. E., & Silva, L. S. (2020). A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, 8(3), 149-161. Recuperado em 014/09/2021 em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114/23913>
- Tronto, J. (2009). *Un monde vulnérable. Pour une politique du care*. Paris: La Découverte.
- Vasquez, A.C.B., & Falcão, A.T. S. (2019). Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. *O social em questão*, 22(43), 371-392. Recuperado em 10/09/2021 em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_SL2.pdf
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

NOTAS

¹Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa CAAE: 31203220.3.0000.5317.